



**FENAPEF**

**FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS**


# **RESUMO SEMANAL**

**09 a 13 de DEZ**



**M&G**  
CONSULTORIA

## Executivo

- O Presidente Lula está lúcido e orientado, segundo boletim médico divulgado na manhã desta sexta-feira (13) pelo Hospital Sírio Libanês. Ele alimentou-se normalmente e caminhou pelos corredores do hospital. Ele segue internado.
  - O governo anunciou nesta sexta-feira (13) ter criado um plano “inérito” anticorrupção. A publicação feita pela CGU afirmou que o documento estratégico “marca um avanço significativo no enfrentamento à corrupção no Brasil”. O Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027 estabeleceu 260 ações que serão monitoradas semestralmente. Ainda haverá 49 ações estratégicas exclusivamente à repressão da corrupção. Entre elas, operações integradas entre órgãos como a CGU, Polícia Federal e Cade.
- 
- O Presidente Lula sancionou a Lei nº 15.042, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). A medida cria um mercado regulado de carbono no país e estabelece limites para a emissão dos gases de efeito estufa. A nova lei, aprovada em novembro pelo Congresso Nacional e sancionada sem vetos, institui um sistema de bonificação para empresas ou estados que reduzirem emissões de gás carbônico.



## Legislativo

- O relator da regulamentação da reforma tributária na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), deve discutir com lideranças na próxima segunda-feira (16) as mudanças feitas pelo Senado no texto. O parlamentar afirmou que o colegiado de líderes da Câmara deverá ter a palavra final sobre mudanças que pressionam a soma da futura alíquota-padrão da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).
- A semana foi movimentada em meio ao esforço concentrado no Congresso pela pauta da Segurança Pública. Diversos projetos na área foram aprovados, assim como requerimentos de urgência para agilizar a tramitação de outras proposições.



## Judiciário

- O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux defendeu, na quinta-feira (12), que a melhor forma de prestar segurança jurídica aos casos que a Corte não possui capacidade institucional para analisar é devolvê-los. Citou a dificuldade da regulação das redes sociais em meio ao advento da IA (inteligência artificial).



## CLIPPING

As principais notícias da semana.

### **Lula está lúcido e orientado, sob cuidados semi-intensivos, diz boletim médico**

G1

[Link](#)

### **Governo Lula diz lançar plano “inédito” anticorrupção**

Poder 360

[Link](#)

### **Presidente Lula sanciona lei que cria mercado regulado de carbono no Brasil**

Presidência da República

[Link](#)

### **Tributária: Câmara deve avaliar versão do Senado na segunda e votar texto até terça, diz relator**

G1

[Link](#)

### **Senado aprova regras para inteligência artificial no Brasil, com identificação biométrica para auxiliar em prisões**

Carta Capital

[Link](#)

### **Reforma tributária: Senado aprova regulação sem armas no imposto seletivo**

Uol

[Link](#)



## AÇÕES DA SEMANA



Sr. Marcos Avelino, Dep. Átila Lira (PP/PI)

Breve conversa na comissão da CCJ e entrega de agenda no corredor: Deputado Átila Lira (PP - PI).

Em uma proveitosa agenda com o Dep. Merlong Solano Nogueira (PT/PI), foi possível discorrer sobre a importância da PEC 412/2009, que dispõe sobre a autonomia da Polícia Federal. Além disso, foi possível dialogar sobre a Lei Orgânica da Polícia Federal.



Sr. Marcos Avelino, Deputado Merlong Solano (PT/PI)



## AÇÕES DA SEMANA



Reunião com o Deputado Florentino Neto (PT/PI) a respeito da PEC 412/2009. Ademais, foram suscitados debates sobre a autonomia da Polícia Judiciária e sobre o controle externo da atividade policial.

Sr. Marcos Avelino, Dep. Florentino Neto (PT/PI)





## Segurança Pública

**Dia:** 10/12 **Horário:** 11h

8 - [PL 1000/2024](#) - Sen. Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para permitir o acesso da autoridade policial e do Ministério Público, independentemente de autorização judicial, a dados coletados durante o acompanhamento das medidas de monitoramento eletrônico de acusados ou condenados. *Parecer do relator, Sen. Sérgio Moro (UNIÃO/PR) FAVORÁVEL ao projeto, com duas emendas que apresenta.*

**Resultado: APROVADO o relatório.**





# Pauta do Plenário

## Sessão Solene

**Dia:** 12/12

**Horário:** 15h

Celebrar o Dia do Perito Criminal.

**Resultado:** **Realizada.**





 **Legislação Participativa****Dia:** 09/12**Horário:** 9h

Audiência Pública sobre “Narcomilícias: a polícia, a política e o crime organizado”.

**CONVIDADOS:****Resultado:** Realizada.**Dia:** 11/12**Horário:** 16h

Audiência Pública sobre “Famílias atingidas pela violência policial”.

**CONVIDADOS:****Resultado:** Realizada. **Constituição, Justiça e Cidadania****Dia:** 10/12**Horário:** 14:30h

26 - [PL 2063/2022](#) - Dep. Sanderson (PL/RS)

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), para dispor sobre as polícias científicas. *Parecer do Relator, Dep. Roberto Duarte (REPUBLIC-AC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.*

**Resultado:** Não analisada.



## Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

**Dia:** 10/12

**Horário:** 14h

5 - [PL 3113/2019](#) - Senado Federal

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para exigir a apresentação de exame toxicológico com resultado negativo para obtenção de autorização de posse ou porte de arma de fogo. *Parecer do Relator, Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), pela rejeição.*

**Resultado: Análise iniciada e não concluída.**

6 - [PL 375/2024](#) - Dep. Zé Trovão (PL-SC)

Dispõe sobre a federalização do crime de roubo de cargas seguradas em todo o território nacional e dá outras providências. *Parecer do Relator, Dep. Delegado Éder Mauro (PL-PA), pela aprovação, na forma do substitutivo.*

**Resultado: APROVADA com alterações.**

15 - [PL 2435/2024](#) - Dep. Delegado Caveira (PL-PA)

Altera a Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013, para dispor sobre a capacidade postulatória do delegado de polícia. *Parecer do Relator, Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), pela aprovação.*

**Resultado: APROVADA.**

19 - [PL 3295/2024](#) - Dep. Erika Kokay (PT-DF)

Dispõe sobre o uso de câmeras corporais pelos integrantes de órgãos de segurança pública e dá outras providências. *Parecer do Relator, Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), pela rejeição.*

**Resultado: Análise iniciada e não concluída.**



 **Administração e Serviço Público****Dia:** 10/12**Horário:** 15h4 - [PL 6253/2019](#) - Dep. Filipe Barros (PSL-PR)

Permite que integrantes de forças policiais possam exercer atividades profissionais fora do horário de expediente de sua atividade policial. *Parecer do Relator, Dep. Cabo Gilberto Silva (PL-PB), pela aprovação, com substitutivo.*

**Resultado: Análise iniciada e não concluída.** **Finanças e Tributação****Dia:** 11/12**Horário:** 10h4 - [PL 9434/2017](#) - Senado Federal

Acrescenta parágrafo único ao art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para prever a informatização da identificação plantar e digital do recém-nascido e permitir o acesso a esses dados pela autoridade policial e pelo Ministério Público, independentemente de autorização judicial. *Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas.*

**Resultado: APROVADA com alterações.**24 - [PL 513/2021](#) - Dep. Pedro Augusto Palareti (PSD-RJ)

Cria linha de crédito de empréstimo e financiamento habitacional aos servidores públicos da força de segurança nacional, agentes da segurança pública e guarda civil. *Parecer do Relator, Dep. Florentino Neto (PT-PI), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas.*

**Resultado: APROVADA com alterações.**

## Pauta do Plenário

**Dia:** 10/12 **Horário:** 14h

5 - [PL 6149/2023](#) - Gervásio Maia (PSB-PB)

Cria o Cadastro Nacional de Monitoramento de Facções Criminosas. *Parecer do Relator, Dep. Delegado da Cunha (PP-SP), pela aprovação.*

**Resultado:** **APROVADO com alterações.**

**Dia:** 11/12 **Horário:** 14h

1 - [PL 714/2023](#) - Deps. Alberto Fraga (PL-DF), Capitão Alden (PL-BA), Coronel Telhada (PP-SP)

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para prever o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Vitimização dos Profissionais de Segurança Pública e de Defesa Social, (...). *Parecer proferido em Plenário pela Relatora, Dep. Delegada Ione (AVANTE-MG) da Comissão de Finanças e Tributação pela ADEQUAÇÃO.*

**Resultado:** **APROVADO com alterações.**

**Dia:** 10/12 **Horário:** 15h

12 - [PL 4120/2024](#) - Deps. Alberto Fraga (PL/DF), Alfredo Gaspar (UNIÃO/AL)

Dispõe sobre a associação interfederativa para o enfrentamento ao crime organizado transnacional e a persecução penal para os crimes que especifica; estabelece medidas para a segurança jurídica das operações de segurança pública e de inteligência para o enfrentamento às organizações criminosas transnacionais e para a atuação de agentes públicos; tipifica crimes e dá outras providências. *Parecer de Plenário da Relatora, Dep. Bia Kicis (PL-DF), pela APROVAÇÃO.*

**Resultado:** **Aprovada com alterações.**





MOREIRA &  
GREGÓRIO  
CONSULTORIA  
POLÍTICA



[moreiraegregorio.com.br](http://moreiraegregorio.com.br)



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



[moreiraegregorio@gmail.com](mailto:moreiraegregorio@gmail.com)



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,  
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -  
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.  
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*